



EXM.º SENHOR  
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PÓVOA DE LANHOSO

\_\_\_\_\_, contribuinte fiscal n.º \_\_\_\_\_  
residente em \_\_\_\_\_, freguesia de \_\_\_\_\_  
concelho de \_\_\_\_\_ com código postal \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ na qualidade de \_\_\_\_\_ do prédio  
abaixo identificado, como prova com a documentação que anexa, vem requerer a V.Ex.<sup>a</sup>, em  
conformidade com o disposto no artigo 9.º do regime jurídico da urbanização e da edificação aprovado  
pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, e ulteriores alterações, **licença administrativa para a  
realização da(s) seguinte(s) obra(s) de edificação:**

- Operação de loteamento
- Obra(s) de urbanização em área abrangida por operação de loteamento ou plano pormenor? Sim   
Não
- Trabalhos de remodelação de terrenos em área abrangida por operação de loteamento ou plano  
pormenor? Sim  Não
- Obra(s) de construção / alteração / ampliação em área abrangida por operação de loteamento ou plano  
pormenor? Sim  Não
- Obra(s) de construção / alteração / ampliação em zona urbana consolidada, com as especificações  
constantes da alínea d) do n.º 4 do artigo 4.º do diploma de referência? Sim  Não
- Obra(s) de conservação / reconstrução / ampliação / alteração ou demolição de imóveis:
  - Classificados ou em via de classificação
  - Integrados em conjuntos ou sítios classificados ou em vias de classificação
- Obra(s) de construção / reconstrução / ampliação / alteração exterior ou demolição de imóveis em  
zonas de proteção de imóveis classificados ou em vias de classificação
- Obra(s) de reconstrução das quais:
  - Resulte um aumento da altura da fachada ou do n.º de pisos
  - Não resulte um aumento da altura da fachada ou do n.º de pisos
- Obras de demolição de edificações que não se encontram previstas em licença de reconstrução
- Obra(s) de construção / reconstrução / ampliação / alteração ou demolição de imóveis em áreas  
sujeitas a servidão administrativa ou restrição de utilidade pública
- Outras operações urbanísticas: \_\_\_\_\_

Os trabalhos de \_\_\_\_\_ pretendidos, destinam-se a \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_.

Os trabalhos serão executados no prazo de [REDACTED] meses e realizadas no prédio inserido em área abrangida pelo Plano Diretor Municipal, situado no lugar de [REDACTED] freguesia de [REDACTED], deste concelho, inscrito na matriz predial da freguesia de [REDACTED], concelho de [REDACTED], sob o artigo [REDACTED] e com a descrição predial n.º [REDACTED] da Conservatória do Registo Predial de [REDACTED].

A pretensão foi objeto de um pedido de informação prévia, ao qual foi atribuído o processo n.º [REDACTED] / [REDACTED].

Para o efeito junta os seguintes elementos (selecione a caixa correspondente ao documento anexado):

**Suporte digital de todos os elementos que integram o presente pedido**, nos moldes do estabelecido pelo RMUE;

**Declaração de Conformidade do Formato Digital**;

**Documentos comprovativos da qualidade de titular** de qualquer direito que confira a faculdade de realização da operação ou da atribuição dos poderes necessários para agir em sua representação, se aplicável;

Fotocópia de **Certidão** da descrição e de todas as inscrições em vigor, **emitida pela conservatória do registo predial** referente ao prédio ou prédios abrangidos;

Ficha com os elementos estatísticos (Q2), previstos na Portaria n.º 235/2013, de 24 de julho;

**Termos de responsabilidade subscritos pelos autores dos projetos**, quanto ao cumprimento das disposições legais e regulamentares aplicáveis, nos termos do disposto no Anexo III, I da Portaria n.º 113/2015, de 22 de abril, considerando a definição disposta no artigo 3.º da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, e ulteriores alterações, acompanhados de:

Assinatura(s) reconhecida(s) nos termos gerais de direito ou assinatura digital qualificada, nomeadamente através do(s) cartão(ões) de cidadão;

Declaração(ões) ou outra prova de reconhecimento da capacidade profissional do(s) técnico(s) autor(es) do(s) projeto(s);

**Termo de responsabilidade subscrito pelo coordenador de projeto**, quanto ao cumprimento das disposições legais e regulamentares aplicáveis, nos termos do disposto no Anexo III, II da Portaria n.º 113/2015, de 22 de abril, considerando a definição disposta no artigo 3.º da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, e ulteriores alterações, acompanhado de:

Assinatura reconhecida nos termos gerais de direito ou assinatura digital qualificada, nomeadamente através do cartão de cidadão;

Declaração ou outra prova de reconhecimento da capacidade profissional do técnico coordenador de projeto ;

Comprovativo da contratação de seguro de responsabilidade civil dos técnicos, nos termos da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, e ulteriores alterações;

**Memória descritiva e justificativa**, contendo:

Área objeto do pedido;

Caracterização da operação urbanística;

Enquadramento da pretensão nos planos territoriais aplicáveis;

Justificação das opções técnicas e da integração urbana e paisagística da operação;

**Estimativa do custo total da operação**;

**Calendarização da execução da obra**, com estimativa do prazo de início e de conclusão dos trabalhos;

**Extratos das plantas de condicionantes e de ordenamento do PDM**, fornecidas pela Câmara Municipal, com a delimitação da área objeto da pretensão;

**Planta de localização e enquadramento, esc. 1/10 000**, fornecida pela Câmara Municipal;

**Levantamento topográfico**, sempre que haja lugar à alteração da topografia ou da implantação das construções, à escala de 1:200, devidamente cotado, que identifique o prédio e a respetiva área, assim como o espaço público envolvente (vias, passeios, estacionamentos, árvores e infraestruturas ou instalações aí localizadas, incluindo postes, tampas, sinalização e mobiliário urbano);

**Projeto de execução dos trabalhos**;

**Projetos de especialidades**, necessários à execução dos trabalhos;

**Outros:** \_\_\_\_\_

Pede deferimento,

\*\*Assinatura reconhecida ou comprovada por funcionário municipal mediante a exibição do bilhete de identidade ou com assinatura digital qualificada, referindo o n.º do CC/BI e validade.

Consentimento prévio, para receber notificações através de telefone ou correio eletrónico, nos termos da legislação em vigor  **Sim**  **Não**

Póvoa de Lanhoso, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ \*\*